

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhores Membros do Governo

Sendo esta a primeira vez que subo a esta tribuna na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista começo por saudar o Senhor Presidente e a Mesa da Assembleia Regional, os Senhores Líderes Parlamentares, todos os Senhores Deputados, uma saudação especial ao Sr. Presidente do Governo Regional Carlos César e à Senhora e Senhores Secretários Regionais, de forma particular ao Dr. Vasco Cordeiro nas suas funções de Secretário Regional da Agricultura e Pescas a quem desejo as maiores felicidades.

Igualmente gostaria de cumprimentar os funcionários desta casa com quem esperamos ter toda a cooperação, bem como, todos os Senhores Jornalistas que acompanham os nossos trabalhos.

Poderíamos neste momento fazer a declaração da vontade e empenhamento da Direcção do Grupo Parlamentar no exercício das suas responsabilidades, mas como já vamos todos com vários anos de exercício de mandato de Deputado, esperamos corresponder à confiança com que os nossos Camaradas nos elegeram com 26 votos a favor e dois votos brancos, dada a ausência de dois Senhores Deputados na Terceira e no Continente. O nosso compromisso é, portanto, o de continuarmos o trabalho de propositura, acompanhamento e apoio à acção do Governo Regional, no pleno exercício das nossas funções e competências de deputado, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que suporta e que se sente muito honrado em ter como militantes seus o Presidente da Assembleia e o Presidente do Governo Regional.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Ao longo destes três dias analisámos e debatemos o Orçamento e o Plano para 2004.

Ouvimos a explanação dos objectivos e metas a atingir, no fim desta legislatura com estes documentos, da parte de todos os Membros do Governo, participámos, enquanto Deputados do Partido Socialista nos debates, apoiando e complementando as intervenções governamentais.

Da parte do PCP ouvimos críticas a vários projectos todavia apresentou várias sugestões e propostas.

No que toca ao PSD e ao PP foi patente a consonância no bater das palmas unânimes quer o orador fosse de uma ou de outra bancada e até em “à parte” houve honras ofendidas de dama que há anos atrás era considerada “pessoa não grata”. Como diz o nosso povo “pois alevá!”

Os Deputados da ainda não consumada aliança mas que demonstraram já estarem a praticar actos comuns, preocuparam-se em tentar demonstrar todos os compromissos eleitorais do Partido Socialista que ainda não foram cumpridos, apresentaram-nos o habitual relatório das lamentações, e até chegaram a anunciar números e valores das desgraças que nos aconteceram no primeiro semestre ou no terceiro trimestre do corrente ano, esquecendo-se, omitindo os montantes e percentagens que espelham o progresso e o desenvolvimento que os Açores têm vivido ao longo dos últimos anos.

Esqueceram ou omitiram questões extremamente relevantes !

Os dois documentos que estiveram em debate surgem num contexto internacional e, sobretudo, nacional bastante desfavorável. A retoma da economia europeia tarda a chegar . Espera-se no entanto que os últimos sinais de crescimento da economia norte-americana sejam, duradouros, embora existam poucas garantias nesse sentido.

A economia nacional encontra-se infelizmente, em recessão: o desemprego não pára de subir, a falência ou a deslocação de empresas continua a aumentar, os aumentos salariais não cobrem a inflação esperada ou no caso dos trabalhadores da Função Pública, na sua maioria será de zero em dois anos consecutivos, os investimentos do PIDAC diminuem em 6% no próximo ano. Numa palavra as expectativas e esperanças dos Portugueses continuam cada vez mais baixas.

Na Região Autónoma dos Açores apesar de alguns índices negativos em poucas áreas esperamos continuar a minimizar ao máximo a repercussão da situação nacional, conscientes de que haverá sectores que não conseguirão manter-se intactos, como seja o do turismo na parte em que depende dos turistas continentais dada a situação nacional.

Os Senhores Deputados, em vias de união, esqueceram ou omitiram o facto de as relações financeiras entre a República e as Regiões Autónomas terem-se alterado por imposição unilateral do Governo da República, que a Sra. Ministra das Finanças, Dra. Manuela Ferreira Leite, impediu o Governo Regional dos Açores de aceder a um empréstimo bancário de 32,4 milhões de euros para reposição do stock da dívida regional, com o apoio do Presidente do PSD/Açores, Dr. Victor Cruz! Como se explica esta situação? Afinal o que faz o Sr. Deputado Victor Cruz que nem consegue que o seu Governo da República cumpra com decisões anteriores? Afinal onde pára o compromisso de estar na

Assembleia da República nos momentos cruciais para os Açores? Será que considera que os sinistrados do Faial e do Pico não mereciam a sua presença nessa hora? Será que os alunos da Ilha do Faial não mereciam a sua acção nessa matéria? 6 milhões de contos ou seja 30 milhões de euros não seriam mais do que suficientes para satisfazer todas as alterações que os Senhores Deputados da oposição aqui nos apresentaram?

Mas,
Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Isso foi o ano passado. E agora não há nada a dizer sobre a discriminação que consta que vamos ser sujeitos em relação à Madeira? O Orçamento de Estado aprovado há poucos dias na Assembleia da República impede quer as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, quer as Autarquias Locais de contraírem novos empréstimos! Como explicam mais esta situação em que a Região Autónoma da Madeira irá utilizar um empréstimo de 35 milhões de euros do seu Orçamento de 2002, que naturalmente irão ter o consentimento da Dra. Manuela Ferreira Leite! Sejamos claros! Nós não estamos contra a Região Autónoma da Madeira poder fazer um empréstimo bancário ou ter uma transferência de 35 milhões de euros para dar execução ao seu Plano, satisfazendo necessidades e carências do Povo da Madeira. Estamos contra, açorianamente contra, é o facto de a maioria absoluta de direita que sustenta o Governo da República, ter rejeitado a proposta legítima, apresentada pelo Governo Regional dos Açores para contrair um empréstimo em 2004 que aumentaria o endividamento líquido de 20 milhões de euros, nos Açores e agora ir possibilitar aos Madeirenses o que negou aos Açorianos. E não aceitamos que seja por questões clubísticas! O que temos a certeza, se isso acontecer, é que a Dra. Manuela Ferreira Leite e o Dr. Durão Barroso farão connosco o mesmo que fizeram com o Pacto de Estabilidade e Crescimento:

Os Portugueses que apertem o cinto, os Franceses e os Alemães que alarguem o déficite.

Não podemos deixar de questionar o maior partido da oposição pela diminuta participação nos debates e mais grave do que isso, quais as alternativas que têm para as políticas apresentadas e defendidas pelos governantes e Deputados do Partido Socialista? Falaram mal, criticaram negativamente, mas onde param as propostas novas, diferentes, alternativas?

A vossa alternativa é o quê: em vez de uma escola, duas? Em vez da rua amanhã é já hoje? Em vez de um lar com 20 camas é um lar com 30

camas? Em vez da conclusão do 2º troço da envolvente à Ribeira Grande é o 3º troço?

Mas será que, com o Orçamento que temos, faziam melhor? Como? Onde?

Na ânsia do discurso do “bota-abaixo”, o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, veio a esta tribuna criticar as opções do Partido Socialista e do seu Governo na área da Agricultura, denegrindo tudo e todos, que tínhamos “ a fileira do leite amordaçada”. Senhor Deputado, quem a amordaçou? Não foi o Primeiro Ministro de Portugal, Dr. Durão Barroso, quem afirmou que durante 12 anos não poderíamos produzir nem mais um litro de leite para além do que havia o seu Governo acabado de negociar na Comunidade? Que “os Açores tinham era que diversificar”! Afinal quem amordaçou a lavoura açoriana? Não foi o Primeiro Ministro que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro apoiou? Não foi o Governo que conta com o Dr. Paulo Portas como Ministro e que os Senhores Deputados, em vias de coligação, apoiam?

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nos exercícios que fez na sua intervenção do debate foi infeliz e passo a citar de memória “As taxas que diminuem, quando deviam subir, baixam graças ao Governo Socialista e ao Carlos César, as que sobem no bom sentido, bom sobem...graças a Deus!

O Plano para 2004, como bem disse o Governo neste debate, “é um plano que, associado ao rigor e à credibilidade possível na obtenção de receita que o suporte, visa preparar a economia e a sociedade para a próxima legislatura, na qual iremos consolidar a sustentabilidade do processo de desenvolvimento iniciado em 1997 e garantir aos Açorianos do século XXI condições de progresso e competitividade nunca antes atingidas na nossa Região”.

E, este plano tem em vista o mandato 2004/2008 devido ao trabalho desenvolvido pelo Governo Socialista nos últimos anos.

Carlos César no seu primeiro Governo propôs-se e conseguiu resolver problemas estruturantes que afectavam o tecido económico e social da Região: os preços dos transportes marítimos e aéreos entre a Região e o Continente, dentro da própria Região – e avançou com investimentos estratégicos – 2ª fase da geotermia, cabo de fibras ópticas, rede de abate – conseguindo a confiança dos empresários, a quem pagou todas as dívidas do passado, inclusivé a dívida de cerca de 17 milhões de contos à Caixa Geral de Depósitos pelo não pagamento por parte dos Governos do Dr. Mota Amaral, da bonificação dos juros que os terceirenses tiveram, e bem, aquando do sismo de 1980 e o que fizera com que muitas famílias açorianas viessem a ter problemas com empréstimos bancários desta instituição, e ao mesmo tempo

estimulou os investidores a investir com segurança, com confiança, com dinamismo, como não havia memória nos Açores.

Neste segundo mandato consolidámos aquela estratégia com os investimentos realizados nas redes de infra-estruturas rodoviárias, portuárias e aeroportuárias, da educação, formação, saúde, solidariedade e segurança social, na conservação e preservação da natureza, do nosso património construído, na transmissão da cultura dos nossos antepassados.

No âmbito do tecido produtivo apoiámos o prosseguimento de infra-estruturas fundamentais para o nosso sector primário – a agro-pecuária e as pescas - e acelerámos o apoio ao investimento na actividade turística, vector essencial para o desenvolvimento da Região, terceiro pilar da nossa economia. A ciência e a tecnologia representam para os Socialistas o quarto vector do nosso progresso.

Este Governo sabe a importância das Tecnologias de Informação e Comunicação. Do quanto elas são importantes para nós, que vivemos numa Região isolada, afastada, pequena, muito dispersa, onde as comunicações são um factor essencial para o nosso desenvolvimento. É vermos a forma como os Açorianos têm aderido a estes meios de comunicação! Somos a Região do País que mais aquisições faz via Internet, somos uma das regiões com melhores índices na utilização destes meios. Podemos orgulhar-nos de termos sido os primeiros, a nível nacional, na implementação do ensino recorrente mediatizado através da Internet.

Outras áreas houve que mereceram e merecem a atenção cuidada deste Governo, como seja a Habitação. É de todos nós conhecida a situação em que se encontrava e em muitos casos ainda se encontra, grande número das nossas casas.

Os Açorianos conhecem bem os efeitos que as calamidades provocam nas suas moradias. Infelizmente ainda subsistem por estas nossas ilhas fora, muitas habitações sem condições de segurança sísmica e condições higieno-sanitárias exigindo obras em algumas outras. Quer o sismo da Terceira quer o último sismo que atingiu as ilhas do Faial, Pico e São Jorge devem servir-nos de aviso tanto no que respeita à construção e à edificação do novo quer nas reconstruções, ampliações e adaptações. Construir com segurança, em segurança e em lugar seguro exige-se a todos quantos participam neste processo: Governo, Autarquias, Proprietários, Empresários, Construtores, Trabalhadores. As nossas Ilhas de Santa Maria até ao Faial estão muito sujeitas à sismicidade, mas as intempéries com vendavais e fortes chuvadas têm assolado os Açores ciclicamente. Sejamos previdentes!

Este Plano e Orçamento contemplam verbas para múltiplas acções na habitação, mas também devemos ser cautelosos e zelosos dos dinheiros públicos, apoiando mas exigindo contrapartidas, ajudando mas simultaneamente dando formação e informação.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Não iremos naturalmente abordar todas as áreas do Plano, todavia mencionaremos apenas mais três que reputamos importantes: A Comunicação Social continuará a contar com apoios para a melhoria de micro-coberturas da rádio e televisão, produção de programas de televisão, difusão, circulação e modernização tecnológica dos órgãos de comunicação social, promoção e divulgação da Região.

Na Administração Pública Regional continuar-se-á com a utilização das modernas técnicas de automatização nos procedimentos administrativos, manter-se-ão os programas de formação profissional dos funcionários e agentes da administração regional e local, dos corpos especiais da Função Pública – professores, educadores, médicos, enfermeiros, entre outros.

No âmbito do Comércio, da Indústria, do Artesanato manteremos os programas de apoio que possibilitarão aos empresários a modernização das suas empresas, criando condições de higiene, trabalho e segurança aos seus trabalhadores e maior capacidade quer de produção quer de comercialização dos seus produtos.

Vamos avançar com a privatização da EDA. Haverá quem esteja contra como o afirmou o Sr. Deputado José Decq Mota. Mas governar é isso mesmo; optar e optar para bem e por bem de quem se governa.

Nós consideramos que é uma boa opção a privatização da EDA. E igualmente neste sector, também os partidos da oposição se esqueceram ou pelo menos omitiram a convergência do tarifário eléctrico com o todo nacional.

Será, Senhores Deputados da oposição que a baixa do tarifário em montantes nunca imagináveis por Vossas Excelências não são um enorme contributo para a diminuição de custos dos factores de produção? Será, Senhores Deputados da oposição que o facto de o Governo Socialista ter conseguido diminuir em muitos euros os custos da energia de todos os Açorianos e de cada um, ao final do mês, não são um enorme contributo para a melhoria do nível de vida?

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhores Membros do Governo

Ao fazermos o balanço destes 7 anos de governação e tendo presente o Plano que vamos aprovar para 2004 reconhecemos com humildade que não fizemos tudo, tudo quanto nos comprometemos nos nossos manifestos eleitorais, mas fizemos muito e muito que deles não consta: construámos, ampliámos, melhorámos, adaptámos, escolas, hospitais, centros de saúde, estradas, arruamentos, portos, aeroportos, aerogares, terminais de carga e de passageiros, bibliotecas, casas do povo, sedes sociais, creches, infantários, jardins de infância, lares, centros de dia e de convívio, ecotecas, caminhos agrícolas, caminhos rurais, lotas, casas de aprestos.

Apetrechámos com meios técnicos e equipamentos desde escolas a hospitais, de bibliotecas a ecotecas, dos centros de ciência viva aos centros de convívio.

Alargámos, estabilizámos ou adaptámos os quadros de pessoal docente, médico, enfermagem, técnicos superior ou profissional de cada sector de administrador, tendo consciência de que ainda temos um longo caminho a percorrer em algumas áreas.

E é por termos a convicção de que ainda temos muito para dar aos Açores, é por termos a certeza que podemos e queremos Continuar a Mudar os Açores, que os Açorianos depositarão confiança em nós, no Partido Socialista, no Presidente Carlos César e nos darão em Outubro do próximo ano um mandato para governarmos os Açores.

Horta, Sala das Sessões, 11 de Dezembro de 2003
O Presidente do Grupo Parlamentar do PS: Francisco Sousa